

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSOES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

###### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

###### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

## SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

###### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lólio Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

###### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

### 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura Ata da 90.<sup>a</sup> Sessão (Extraordinária) Realizada em 30 de Maio de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Hélio Manfrinato e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Gabriel Manoel — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Francisco Escorsin — Leopoldo Jacomel e Sebastião Rodrigues Júnior (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 204/72, que declara de Utilidade Pública o "5.º Capítulo Brasileiro da Academia Americana de Pediatria", com sede nesta Capital.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 204/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o "5.º CAPÍTULO BRASILEIRO DA ACADEMIA AMERICANA DE PEDIATRIA", com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1973

aa) — Gilberto Carvalho — Presidente  
Igo Losso — Relator  
Álvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 31, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 19/73.  
Levanta-se a Sessão.

### 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura Ata da 91.<sup>a</sup> Sessão Ordinária Realizada em 30 de Maio de 1973 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Luiz Roberto Soares.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Gabriel Manoel — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Francisco Escorsin — Leopoldo Jacomel e Sebastião Rodrigues Júnior (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### E X P E D I E N T E :

#### OFÍCIOS:

— Sob o n.º 261/73, do Senhor Osmário Zilli, Secretário de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social, agradecendo em nome do Governo do Estado e do Trabalhador Paranaense, a valiosa colaboração prestada por ocasião dos festejos do DIA DO TRABALHADOR, quando foi ofertado o Troféu ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, o qual foi destinado ao "Campeão do Torneio Estadual Intersindical de Futebol de 1973", cabendo o mesmo ao Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica de Curitiba. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n.º 155/73, do Senhor Ruy F. Itiberê da Cunha, Superintendente da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, comunicando a modificação da constituição, fixando, de acordo com o Decreto n.º 3.450, com seu órgão diretivo, uma Superintendência, bem como a nomeação para Secretário Executivo daquela Fundação, do Senhor Genésio Tavares. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

— Do Senhor João Kracik Neto, Presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC, encaminhando Relatório das Atividades Desenvolvidas por aquele Serviço, no exercício de 1972. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, um voto de pêsames pelo falecimento do ilustre cidadão Juvenal Ubaldo Ribeiro e que do fato se dê conhecimento à Senhora Jesus Ribeiro, ao cuidado da Sociedade Comercial Cerealista Brasileira, em Iriti.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) — Antonio Lopes Júnior.

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, um voto de pêsames pelo falecimento do prestante cidadão Ricardo Hirt, na cidade de Rebouças, onde residia e que do fato se dê conhecimento à Senhora Ernestina Hirt, na cidade referida.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1973.

(a) — Antonio Lopes Júnior.

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

A TV. Paranaense Canal 12 apresenta aos domingos, no horário das 18 00 horas o Programa — Filmes em série denominada "O Mundo Submarino de Jacques Cousteau".

O Capitão Jacques Cousteau aposentou-se em 1957 da Marinha Francesa, para aceitar a sua indicação como Diretor do Museu de Oceanografia de Mônaco e para liderar o Centro de Pesquisa Submarina da França.

Desde aquela época Cousteau e a equipe do navio oceanográfico Calypso viajaram através do mundo, examinando as criaturas e fenômenos dos 7 mares, e filmaram a série "O Mundo Submarino de Jacques Cousteau".

Cousteau, com 63 anos, está há longo tempo na vanguarda da exploração científica. Ele é o responsável pelo aperfeiçoamento do "projeto para o aquilung", o aparelho de respiração independente que permite aos mergulhadores nadar livremente à profundidade de 300 pés abaixo da superfície do oceano. O Capitão Jacques Cousteau, em 1970, recebeu o título honorário de "Doutor em Ciências", como um pioneiro submarino, da Universidade de Brandeis, Estados Unidos.

Em associação com a ABC News, o Capitão Cousteau produziu uma série de filmes sobre o mundo subaquático, para televisão, entre os quais "A tragédia do salmão vermelho" que acompanha a emigração e eventual morte de milhares de salmões. Este filme foi proclamado o melhor dentro de 79 filmes científicos e tecnológicos de 22 países, recebendo o "Prêmio de Ouro", durante o VI Festival Internacional de Filmes Científico-Tecnológicos de Belgrado, Iugoslávia.

Visando despertar junto ao meio estudantil, em especial aos estudantes do primeiro grau, o interesse pela série filmada, de grande valor cultural, a Televisão Paranaense (que exibe o filme aos domingos) e a Springer Admiral (empresa que patrocina a exibição da série) buscaram junto a Secretaria de Educação um apoio especial, objetivando estimular a audiência dos filmes junto ao meio estudantil.

A proposição — que mereceu o apoio da Secretaria de Educação — é a da realização de um trabalho de pesquisa, com base num dos filmes apresentados, conferindo-se aos alunos autores dos 5 melhores trabalhos, suas professoras e diretores, prêmios especiais.

Considerando a excelente qualidade do programa e a importância da promoção que visa incrementar junto ao meio estudantil seu interesse pelos trabalhos de pesquisa, Requeiro à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de louvor à TV Paranaense Canal 12, a Springer Admiral patrocinadora do programa e a Diretoria de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, ao lançar a promoção "Mergulho no mundo submarino de Jacques Cousteau".

Outrossim aprovado o presente, dê-se ciência à TV Paranaense Canal 12, na pessoa do seu Diretor Doutor Francisco da Cunha Pereira Filho e à Secretaria de Educação, na pessoa de seu titular Doutor Luis Gabriel Guimarães Sampaio.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) — Maurício Fruet.

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., Doutor Ewaldo Vita, solicitando-lhe as determinações no sentido de ser realizado estudo visando a instituição por aquele estabelecimento de crédito de uma linha de empréstimo simples, para atendimento exclusivo de funcionários públicos estaduais, dispensando-se avalistas e para ressarcimento parcelado através de desconto mensal em folhas de vencimentos.

2.º — seja, da decisão, encaminhada cópia de inteiro teor à Associação dos Servidores Públicos do Paraná, na pessoa de seu Presidente, Senhor Odir Gomes da Rocha.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 30 de maio de 1973.

(a) — João Fadel.

#### JUSTIFICATIVA:

A medida cujo estudo estamos propondo à Direção do Banco do Estado do Paraná S/A., tem um cunho de elevado sentido social e vem sendo adotada com sucesso nos Estados da Guanabara e São Paulo, onde o funcionalismo público pode recorrer aos organismos oficiais de crédito para obtenção de empréstimos simples, livres de avalistas e de outros fatores determinantes da demora da operação, mediante a simples assinatura de autorização para desconto mensal, em folha de pagamento, das parcelas destinadas ao ressarcimento da importância levantada.

Acreditamos que o Banco do Estado do Paraná, S/A., tem amplas condi-

ções de criar uma linha de empréstimos simples como sugerido, pois que sua adoção não implicará em elevação de custo operacional das agências e, praticamente, o estabelecimento não correrá nenhum risco, eis que o ressarcimento de empréstimo será garantido pelo desconto em folha de pagamento do tomador. Assim, por exemplo, o Banco do Estado do Paraná, S/A., poderia fixar como limite máximo a que teria o funcionário obter sob empréstimo, 4 ou 5 vezes de seu vencimento líquido mensal, estabelecendo o pagamento parcelado em 6 ou 12 prestações. Numa ampliação do programa poderia também estender o benefício aos funcionários da Prefeitura Municipal de Curitiba, desde que o Executivo Municipal fizesse acordo com o BEP, para o desconto em folha de pagamento.

O funcionalismo público, classe operosa e dedicada, não tem, na atual conjuntura econômica, setor específico a que recorrer para obtenção de empréstimo simples, livre de maiores entraves burocráticos, e em condições de pagamento que não lhe agrave o orçamento mensal. É sabido que o IPE, e a Caixa Econômica Federal, não atendem com a devida presteza as solicitações nesse sentido, o primeiro, porque sua carteira de empréstimos é de poucos recursos, e esta, porque sua atuação é dirigida para outros campos de atuação.

Os nobres Deputados certamente entenderão que estamos procurando, com este requerimento, despertar a direção do Banco do Estado do Paraná, S/A., para implantação de uma política de interesse social e, por isso, darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Sendo dia santificado o de 31 do corrente, o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, a não realização de Sessão Plenária no dia 31 e no dia 1.º seja dedicado exclusivamente às Comissões.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) — Paulo Poli.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia 4 de junho do corrente ano, o Projeto de Lei n.º 59/73, anexo ao Projeto de Lei n.º 84/73.

O presente pedido é feito em virtude dos mesmos se encontrarem em Regime de Urgência e o segundo Projeto ser apenas complemento do primeiro.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) — Antonio Lopes Júnior.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Gabriel Sampaio, ilustre Secretário de Educação e Cultura do Estado, no sentido de que aquela autoridade instale, no Município de Paranaguá, em sua sede, um Ponto de Inscrição e Aplicação de Provas dos Exames Supletivos.

Este requerimento, Senhor Presidente, tem a sua razão de ser, haja visto que centenas de alunos que desejam prosseguir nos estudos, via "artigo 99", preparam-se em Paranaguá e prestam exames em Curitiba e até mesmo em locais mais distantes como em cidades de Santa Catarina.

A instalação de um Ponto de Inscrição e Exames naquela cidade, beneficiaria todo o litoral paranaense pela mínima distância a percorrer e pela localização de Paranaguá, e poderia ter como local o Colégio Estadual José Bonifácio ou no Instituto de Educação Caetano Munhoz da Rocha, os quais poderiam suprir bem as necessidades sugeridas.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) — Nelson Buffara.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição na Ata dos trabalhos de hoje, do artigo publicado no jornal "Folha de Londrina", de hoje, sob o título "Quem Tiver Cão Fica Sem Água", do ilustre articulista Luiz Geraldo Mazza.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa ao Senhor Luiz Geraldo Mazza e à Direção da "Folha de Londrina".

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) — Maurício Fruct.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Excmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, pedindo seja designada urgentemente uma Comissão Especial para apurar e punir os assassinos do garoto Maurício Rodrigues, de apenas 14 anos, morto em consequência de ferimentos por espancamento, no interior da Delegacia de Polícia de Londrina. O presente requerimento tem o caráter de solicitar também, que o Senhor Secretário de Segurança determine a divulgação da identidade dos assassinos do referido menor, pois suas identidades até agora são ignoradas pela população do Norte do Paraná, em vista da recusa das autoridades competentes em fornecê-las. Esta solicitação se prende ao fato de nada justificar a vontade de alguns elementos em esconder da opinião pública os nomes dos assassinos, cujos policiais praticaram um crime que em absoluto condiz com a orientação do Senhor Secretário da Segurança, que está empenhado em melhorar o nível da Polícia do Paraná. A divulgação dos nomes dos autores desse terrível crime virá comprovar mais uma vez que acontecimentos desta natureza não tem a menor complacência das autoridades superiores.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) — Antonio Belinetti.

#### EMENDA

##### AO PROJETO DE LEI N.º 3/73

O Artigo 3.º da Emenda Substitutiva Geral, passa a ter a seguinte redação: Art. 3.º — O Serviço de Obras Sociais (S.O.S.), deverá concluir o pavilhão do extinto Lar das Crianças, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, sob pena de reversão do imóvel doado ao patrimônio do Estado.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1973.

(a) — Borsari Netto.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 108/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O artigo 17 e parágrafos 1.º e 2.º, da Lei n.º 6212, de 9 de agosto de 1971, passam a ter a seguinte redação:

Art. 17 — As vantagens previstas na Lei n.º 6212, de 9 de agosto de 1971, serão incorporadas aos proventos de inatividade, considerando para esse efeito, que o servidor ao se aposentar pertença ao quadro de funcionários do Departamento de Rendas Internas, ou desempenhe encargo de confiança da estrutura do órgão.

Parágrafo 1.º — O cálculo para fins de incorporação prevista neste artigo será feito com base na média mensal da retribuição percebida nos 6 (seis) meses anteriores ao da aposentadoria.

Parágrafo 2.º — Para efeito de apuração da média mensal do número de quotas e da remuneração de dois terços de vencimentos a serem integrados nos proventos de inatividade, nos termos deste artigo, serão computados os meses em que o funcionário se ausentou, em virtude de licença para tratamento de saúde e férias.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) — Francisco Escorsin.

#### JUSTIFICATIVA:

O Anteprojeto de Lei, que se convertido em norma escrito, ensejará sensíveis alterações na Lei n.º 6212, de 9 de agosto de 1971 e, via de consequência, a deferirá ao funcionário fisco-arrecadador, quando no outono de sua existência, uma perspectiva de uma velhice com remuneração mais digna.

O artigo 17 e parágrafos 1.º e 2.º, da Lei n.º 6212, de 9 de agosto de 1971, aos quais se objetiva dar nova redação tem princípios demasiadamente rígidos, circunstância essa que milita desfavoravelmente à política de pessoal inaugurado no Departamento de Rendas Internas, uma vez que, e que se propugnou com o advento desse diploma legal, além de acompanhar o Distrito Federal, e demais Estados da Federação, foi instalar nesse importante setor fazendário, uma filosofia de trabalho que veio para ficar, para caminhar para diante e, nesse diapasão não foram esquecidas a aposentadoria, que por operarem uma vitalização na dinâmica do setor fisco-arrecadador — pois promovem a permuta de velhos servidores por jovens universitários e com o projeto convertido em lei, os velhos servidores terão condições de auferirem proventos razoáveis, que lhes proporcionará retirar o seu sustento de uma única fonte de renda e, com isso, ser-lhe-á assegurada uma existência tranquila e estável.

Como se infere do texto do Anteprojeto, todo o funcionário fisco-arrecadador detentor de condição temporal para aposentar-se, não ficará afortunado na atividade e, com esse cometimento, como é natural, as vagas vão se abrindo e, como decorrência natural, nasce o recrutamento de novos valores.

##### PROJETO DE LEI N.º 109/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Guaranicuri 1 trator da marca John Deere 730 S n.º 7325907, 1 trator da marca John Deere 730 S n.º 7325903, 1 trator da marca John Deere 730 S n.º 7325966, 1 trator da marca Internacional TD 6 n.º 1269, 1 trator da marca Internacional TD 6 n.º 1325 e 1 trator da marca Internacional TD 6 n.º 1068, todos pertencentes à dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) — Antônio Costa.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar guarida a intenção da Secretaria da Agricultura, no sentido de auxiliar os agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais, doando tratores e equipamentos em desuso a fim de serem recuperados pelas mesmas.

##### PROJETO DE LEI N.º 110/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Morretes, 1 trator marca Caterpillar D-4/40-A número 1649; 1 trator marca John Deere 730 S número 7325902; 1 trator marca John Deere 730 S número 7325914 e 3 grades hidráulicas de três pontos, todas pertencentes a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) — Antônio Costa.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar guarida a intenção da Secretaria de Agricultura, no sentido de auxiliar os agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais, doando tratores e equipamentos em desuso a fim de serem recuperados pelas mesmas.

##### PROJETO DE LEI N.º 111/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir, através da Secretaria dos Transportes, uma estrada de rodagem ligando os Municípios de Jaguariaíva a Antonina, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de maio de 1973.

(a) — João Fadel.

#### JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal vem dando ênfase especial ao programa de implantação de rodovias no Estado do Paraná, em decorrência da execução do sistema dos "corredores de exportação" para facilitação do escoamento da produção agro-pecuária regional em direção aos portos e em busca de mercado externo. Não obstante não haver praticamente limitação por parte do Governo Federal no que se refere ao financiamento de rodovias, em nosso Estado, talvez pelo fato de não existir entre nós uma tradição de planejamento a longo prazo, muitas regiões economicamente significativas, quer por sua produção agrícola diversificada, quer por sua pecuária desenvolvida, quer, finalmente, pelo volume de produção de suas indústrias de extração e de transformação, não fo-

ram incluídas entre as demais a serem beneficiadas pela implantação de obras infra-estruturais no setor dos transportes. Entendemos ser este o caso, especialmente, dos Municípios situados no chamado Norte Pioneiro, a partir de Jaguariaíva, que é o ponto natural de convergência dos Municípios de Sengés, Arapoti, Wenceslau Braz, Salto do Itararé, Santana do Itararé, Siqueira Campos, Ibatí, Pinhalão, Tomazina, Japira, Jaboti, São José da Boa Vista, Sapopema, Carlópolis, Joaquim Távora Ribeirão Claro, e muitos outros, integrantes das micro-regiões homogêneas 7 e 11, com uma população de cerca de 300 mil habitantes e área de cultura agrícola igual 4 mil quilômetros quadrados, aproximadamente, e que, à época das safras, tem que promover o escoamento da produção através de longo trajeto até Ponta Grossa e daí à Curitiba e finalmente ao Porto de Paranaguá, o que, evidentemente, além de demora, do e fator de encarecimento dos fretes, aumenta em muito o índice de perda em decorrência da deterioração dos produtos. Assim, entendemos que o presente Projeto de Lei terá o condão de alertar o Poder Executivo para uma solução racional para o problema da ligação rodoviária entre Jaguariaíva e, através dele, de todos os demais Municípios do Norte Pioneiro, e o litoral do Estado, mais especificamente o Porto de Antonina, que também teria sua economia revitalizada em decorrência do natural aumento da tonelagem de carga a ser armazenada e manuseada, pela intensidade do tráfego marítimo que se registraria. Como é de conhecimento geral, a cidade e o Município de Antonina defronta-se hoje com séria crise em sua estrutura econômica, justamente em decorrência da acentuada queda de movimento de seu porto que, ano após ano vem registrando decréscimo no número de navios entrados o que, em suscinta análise, determina a crise de emprego que lá se verifica.

Além do mais, a Rodovia Jaguariaíva - Antonina contribuiria também para diminuir o volume do tráfego da Rodovia do Café e, assim, fazer baixar um pouco o número de acidentes que ali se registra, com danosos reflexos na economia, pela perda de cargas valiosas e, também em, principalmente, pelas mortes e mutilações das pessoas envolvidas naqueles eventos.

Finalmente deve-se ainda salientar que a estrada Jaguariaíva - Antonina, em seu possível trajeto, viria beneficiar diretamente os Municípios de Adrianópolis e Cerro Azul, que passariam a ter acesso direto ao Porto de Antonina e não mais dependeriam do anti-econômico trajeto até Curitiba, como via de escoamento de sua produção.

Isto posto, deve-se projetar especialmente o valor da construção da estrada de Jaguariaíva - Antonina, como obra federal de significação para a integração sócio-econômica da Região Norte pioneira ao processo de desenvolvimento de todo o Estado do Paraná, podendo-se inferir pela presente justificativa, embora não seja ela um repositório exaustivo de elementos numéricos, a realidade dos dados essenciais que dão base à oportunidade do Projeto de Lei ora submetido à consideração deste ilustrado Plenário.

Os nobres Deputados certamente complementarão com seus conhecimentos específicos as lacunas desta articulação e, por isso, darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente

A mesa registra com satisfação a presença no Plenário do sr. Rawilson Chemin, proprietário do "Jornal de Iritati" que nos honra com a sua visita.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruct.

O SR. MAURÍCIO FRUCT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
"Que cachorrada".

Com frases como esta, a população de Curitiba recebeu um aviso anexado nas tarifas de água da Sanepar, em que a Companhia de Saneamento do Paraná solicita aos proprietários dos imóveis da Capital do Estado, que entre os dias 18 a 21 de cada mês, prendam seus cães. Porque os funcionários da Companhia têm sido mordidos diariamente por estes animais. É uma pena que Stanislaus Ponte Preta tenha falecido porque por certo, esta determinação da Sanepar iria se constituir num dos pontos principais do festival de besteiras que assola a Nação. É realmente risível sob todos os aspectos, mesmo porque a Companhia Força e Luz até hoje não deu notícias de nem sequer uma mordedura fatal, de algum funcionário. Talvez, os cães estejam irritados pela falta de água ou irritados pelos seus donos que estão pagando tarifa mais alta que no ano anterior. Mas a medida é realmente risível, já que a Sanepar tem esta preocupação de zelar tanto pelos seus funcionários, talvez fosse interessante acrescentar que prendessem também os seus bodes bravos. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui a nossa observação e como bem disse o Deputado Luiz Roberto Soares, esperamos que cada cachorro cumpra com o seu dever. Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Depois de um assunto trazido pelo Deputado Maurício Fruct, ameno e alegre pela forma como foi apresentado, venho à Tribuna abordar um assunto que é ao contrário do pronunciamento do Deputado Maurício Fruct, da mais alta seriedade e da mais alta responsabilidade. Ocorre que em data de ontem o nobre Deputado Álvaro Dias denunciou à Assembléia Legislativa ao lado do Deputado Antonio Belinati, grave ocorrência na cidade de Londrina, onde segundo os parlamentares, em função de atitudes condenáveis da Polícia local, veio a falecer um jovem de 14 anos de idade. Se forem verdadeiras as informações, este fato merece a repulsa e a condenação não apenas do Poder Legislativo mas de todo o povo do Paraná. E venho hoje para dar contas à Casa, das providências adotadas pelo Governo do Estado no sentido de elucidar o fato e de punir severamente os responsáveis. O Sr. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, determinou a abertura de inquérito imediatamente à Secretaria de Segurança Pública e a designação de um Delegado especial para presidir o inquérito, com vistas a isto, o Sr. Secretário da Segurança Pública, General Mário Carneiro Portes, designou o Bacharel Daniel Isberne para presidir o aludido inquérito. Além disso, adotando as determinações do Sr. Governador, o Sr. Procurador Geral da Justiça no Estado promotor Edi Santos Ribas, designará nesta tarde um promotor para acompanhar o desenrolar do inquérito policial, em todas as suas fases, uma vez que é de seu particular do Sr. Governador do Estado, apurar a fundo as responsabilidades por essa atrocidade.

Com vistas a esse fato, comunico à Casa essa determinação do Governo do Estado, com a certeza de que toda a responsabilidade será apurada e os responsáveis pelo fato serão rigorosamente punidos, em função do resultado do inquérito ora instaurado em Londrina.

Não se preocupe portanto o eminente Deputado Antonio Belinati, a presidir o inquérito em Londrina, estará não o Delegado local, mas um Bacharel e Delegado especial, da carreira e do quadro da Secretaria de Segurança Pú-

blica. E, para processar não apenas a legalidade da tramitação desse inquérito, será designado na tarde de hoje um promotor especial.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Cidade de Paranaguá, sem dúvida uma das mais importantes do Estado, eis que com seu Porto, com a renda do Governo Federal e com a exportação. Paranaguá ressenete-se no setor educacional da criação de um exame supletivo naquela cidade. E para que nós pudéssemos dar condições a várias centenas de alunos que anualmente fazem aquele curso para no final do ano buscarem em outra região, inclusive Santa Catarina o necessário exame supletivo, que é o Artigo 99. Nós estamos neste momento endereçando um apelo ao Sr. Secretário de Educação, Dr. Luiz Gabriel Sampaio, para que ele, juntamente com o Fundo Estadual de Educação, ponha um parágrafo neste absurdo que ocorre com uma das principais cidades do nosso Estado, que nem sequer tem onde os alunos possam prestar exame coletivo. Nesta oportunidade, em que formulo apelo ao Sr. Secretário, tenho certeza de que ele, com seu espírito prático, e tirocinio, elevado, saberá compreender a nossa Mensagem, uma vez que há vários anos estamos tentando conseguir isto para Paranaguá, sem êxito nenhum.

A informação que nos chega da 3.a Inspeção Regional de Ensino, em Paranaguá é de anualmente mais de mil alunos buscam com bastante dificuldade outras regiões como já disse, Santa Catarina, Curitiba e outras cidades do Estado, para com despesas que muitas vezes não podem ser custeadas pelos interessados, e, inclusive, eles vão em busca de socorro financeiro das Prefeituras e até deste Deputado, para se locomoverem.

E aqui fica registrado o nosso pedido para que se faça justiça a Paranaguá que há muito espera por isso.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos, desta Tribuna, agradecer ao Sr. Secretário de Segurança Pública que, por intermédio do Líder do Governo, Deputado Cândido Martins de Oliveira, anurciu a rapidez, por parte daquela Secretaria, no atendimento visando apurar as cenas de banditismo e tortura que tiraram a vida de um menor de 14 anos, dentro da Delegacia de Polícia de Londrina.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados estávamos até estranhando que o inquérito para apurar o acontecimento tão fatal como o que se verificou em Londrina, fosse feito pela Polícia daquela cidade. E, ainda hoje, um jornal estampava o depoimento da mãe do menor que procurada por um Delegado, foi aconselhada a nada contar à imprensa, e dizendo ainda mais: que se acessem os assassinos de seu filho, Deus haveria de fazer justiça. Vejamos, Srs. Deputados, o conselho dado por um Delegado de Polícia! A própria Polícia ao invés de dar à imprensa os nomes dos assassinos, chegou até a proibir aos jornalistas o acesso aos familiares do menor que tiraram a vida.

Portanto, a nossa gratidão em nome das famílias de Londrina que poderão ter tranquilidade porque precisam, acima de tudo, que os responsáveis pelo triste acontecimento sejam expulsos da Polícia e possam responder na Justiça pelo crime que praticaram.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos justificar à Casa um Projeto de Lei que estamos encaminhando à Mesa, no sentido de que sejam padronizados os uniformes nas escolas públicas do Paraná. (Lê):

#### "Projeto de Lei n.º 112-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Ficam padronizados todos os uniformes usados nas escolas públicas da rede estadual de ensino do Paraná.

Art. 2.º — Uma Comissão Especial da Secretaria de Educação e Cultura se reunirá ao final de cada ano, para fixar o tipo de uniforme a ser determinado para o Ano letivo seguinte.

Art. 3.º — Os uniformes, padrão para todo o Estado, terão que ser de material cujo preço esteja nas possibilidades de aquisição da grande maioria.

Art. 4.º — Nenhuma escola poderá estabelecer algum outro uniforme paralelo, sem que haja a devida aprovação da Comissão Especial de que trata o Art. 2.º do presente Projeto de Lei.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) Antônio Belinati

#### JUSTIFICATIVA:

A padronização dos uniformes escolares é uma necessidade há muito reclamada, em função de abusos que se verificam em algumas escolas, onde se procura fixar, cada dia, uniforme mais caro. Em determinados estabelecimentos se procura vestir bem o corpo discente, sem contudo, atender para as dificuldades financeira dos pais. Há cidades que só determinadas firmas vendem os uniformes, o que, fatalmente, pela falta de concorrência, encarece o custo deste material. O estabelecimento, de um único tipo de uniforme, dará oportunidade para o barateamento dos elevados gastos que os pais enfrentam para que seus filhos frequentem a escola.

Portanto, o mesmo uniforme que usar um aluno de escola de Curitiba, será usado por um aluno de Maringá, Londrina, enfim de qualquer cidade do Estado. Desta maneira, através deste Projeto, haverá a padronização que virá baratear o preço do uniforme escolar.

Temos denúncias sérias de que em algumas cidades e escolas fixa certo tipo de uniforme que somente determinada loja é que o terá, não havendo assim a concorrência que trará, como consequência, o encarecimento do uniforme, onerando, ainda mais, a bolsa do nosso sofrido povo.

Havendo a padronização certamente todas as lojas poderão vendê-lo e o uniforme sairá mais barato, a um preço que todos poderão comprá-lo.

Vamos mostrar ao Paraná que a Assembléia Legislativa do Estado sempre está preocupada com aqueles que querem educar seus filhos dando uma lei oportuna com o fim de evitar, daqui para a frente, que continue imperando o comércio em algumas escolas e que algumas organizações comerciais possam tirar proveito dos abusos que se praticam no Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está findo o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um homem público da França, certa vez, afirmava "A França possui três problemas. O primeiro problema, a EDUCAÇÃO; o segundo problema, a EDUCAÇÃO; e o terceiro problema, a EDUCAÇÃO".

Alguém já afirmou em nosso País que o único problema da nossa Nação é a EDUCAÇÃO. Resolvido o problema educacional todos os outros, por consequência, seriam resolvidos.

Por essa razão esta Casa precisa se preocupar com os problemas educacionais e, justamente, por estar ação comparecemos à Tribuna na tarde de hoje para abordar alguns problemas que afligem o ensino no Estado do Paraná.

O Estatuto do Magistério é o primeiro deles. (Lendo): "O Estatuto vem sendo aguardado com esperanças e, até mesmo, com impaciência pelos professores paranaenses. Acreditam os Mestres paranaenses que, por meio dele, as distorções serão corrigidas e as falhas serão sanadas. Esperam que esse Estatuto se transforme sobretudo num instrumento capaz de evitar injustiças constantemente verificadas no magistério paranaense, onde muitas vezes a política prevalece sobre os mais altos objetivos da educação.

Essa expectativa, entretanto, até agora não foi correspondida, pois a Comissão designada pelo ex-Secretário, além de não satisfazer os desejos dos professores, pois foi composta mais por homens de Gabinete do que por professores, realizou seu trabalho morozamente e num sigilo inexplicável. Não se pode aceitar algo pronto em Gabinetes e longe da realidade, por isso lamenta-se profundamente que um número maior de professores não tenha participado dessa Comissão. Numa reunião da UNESCO em Paris em 1966 a Comissão brasileira aprovou recomendação relativa à situação do pessoal docente que determinava em um de seus itens que as associações de professores devem ser ouvidas quando se tratar de definir a política educacional e principalmente os direitos, responsabilidades e prerrogativas dos educadores. Por essa razão, apelamos para a compreensão e o espírito democrático do atual Secretário de Educação, Dr. Gabriel Sampaio, para que submeta este trabalho sigiloso da Comissão que até agora trabalhou em silêncio, a todas as associações representativas do Magistério paranaense; elas, temos certeza, prestarão efetiva colaboração para este Estatuto não venha a se constituir em mais uma decepção lamentável para os professores do nosso Estado. Não se explica, Srs. Deputados, por outro lado, a demora excessiva na elaboração desse trabalho, pois a primeira medida para se implantar uma reforma de ensino é cuidar do pessoal que vai se encarregar da execução administrativa e docente dessa reforma. Pretender implantar a reforma e depois elaborar o Estatuto seria colocar o carro diante dos bois. Por isso apelamos ao Sr. Secretário da Educação para que determine urgência na apreciação desse documento esperado com ansiedade pelas associações de professores, que, se antes solicitavam medidas isoladas destinadas a resolver cada um de seus problemas, esperam agora poder incorporar essas providências ao texto do Estatuto. Temos certeza não será ele um documento mágico capaz de resolver todos os problemas do Magistério, mas precisa pelo menos se constituir num eficaz estímulo, prevendo entre outras medidas, um padrão mínimo para o vencimento dos professores, melhoras condições de trabalho e justa escala de promoções.

Gostaria também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de abordar neste instante o problema daquela parcela componente do Magistério paranaense, justamente a mais injustificada — os professores suplementaristas, marginalizados pela legislação, incompreendido pelas autoridades responsáveis. São os maiores injustiçados entre aqueles que desempenham a nobre missão de ensinar e educar. Todos os anos se repete a mesma história: a busca desesperada do emprego. Apesar de trabalharem para o Estado, não possuem oficialmente qualquer vínculo empregatício, e todos os benefícios da legislação trabalhista são para eles algo tão distante quanto esperado. Eles são os professores contratados a título precário, representam a grande maioria do corpo docente de 1.º e 2.º graus, no Estado. Sem concurso só magistério oficial eles só tem direito a dar as chamadas aulas excedentes aquelas que sobram dos professores concursados, recebendo importância injusta e irreal. São verdadeiras máquinas de dar aulas. Muitas vezes são obrigados a percorrer distâncias absurdas entre escolas que tenham aulas disponíveis, de maneira a preencher todos os períodos letivos. Se o professor admitido a título precário tem que se submeter a um verdadeiro malabarismo para se sustentar financeiramente, ele também parece não encontrar recompensas para isso: não tem direito a aposentadoria, estabilidade, 13.º salário, gratificação e muito menos aviso prévio em caso de dispensa. Sua insegurança é tamanha, que, pelo simples fato de faltar às aulas alguns dias, corre o risco de perder o emprego. As consequências que essa situação traz ao professor e sua família são evidentes. Mais importantes que eles, entretanto, parecem ser as consequências relativas ao nível de ensino. A própria administração pública imprime um caráter eventual a esses funcionários: eles podem estar trabalhando hoje e amanhã serem despedidos por qualquer razão. Por isso os professores não se empenham em um bom trabalho, não fazem planejamento a médio prazo, já que não sabem se continuarão na mesma escola no próximo ano. A maioria dos professores, por não possuírem condições não acreditam na reforma do ensino. Como alguém pode trabalhar na implantação de uma reforma que revolucionaria todo o sistema de ensino, se não lhe dão condições para isso? Infelizmente a profissão do Magistério ainda está ligada hoje à ideia do "bico", da improvisação, de falta de diretrizes, por culpa exclusiva do poder público. E a maioria vítima de tudo isso é sem dúvida nenhuma o aluno. Por tudo isso, e muito mais, o professor se torna inseguro, medroso, marginalizado, apático. Somente o idealismo pode sustentá-lo numa profissão exigente, exaustiva e cada vez com menos atrativos. Insatisfeito com suas condições de trabalho e com salários baixos que recebe, ele se vê obrigado a submeter-se a um verdadeiro malabarismo para se manter. Dá um número muito grande de aulas, geralmente em colégios distantes uns dos outros, corrige provas e prepara atividades em horário de aula, e o maior prejudicado acaba sendo o aluno invariavelmente. A queda do nível de ensino torna-se inevitável. Para conseguir sobreviver o professor secundário estadual precisa dar o limite máximo de 44 aulas permitido pelos colégios oficiais e ainda complementar seu orçamento trabalhando em escolas particulares. Dentro da situação geral do funcionalismo que não é boa, a situação do magistério é inferior. Além de marafestear as aulas é obrigado a corrigir provas e trabalhos, expediente que exige muito tempo. O Estado não pode se esquecer que a reforma só pode ser feita com o professorado, mas não às custas dele. Qual o professor que tem condições de fazer, por exemplo, cursos de recicla-

gem e de aperfeiçoamento, se sempre há tarefas mais urgentes? O Governo não pode se esquecer que o êxito da implantação da reforma educacional depende em primeira instância do trabalho dos professores, que precisam por isso mesmo, ser valorizados devidamente, amparados na justa medida, e sobretudo respeitados".

Nós fazemos este pronunciamento em tom de apelo ao Governo do Estado que tem lamentavelmente se esquecido dos problemas educacionais mais urgentes, da nossa comunidade.

Temos agora esperanças de um novo Secretário, e para ele dirigimos este apelo, que talvez representasse a ele uma esperança. Não perderemos o nosso tempo nesta fase de desestímulo administrativo do Estado do Paraná. Só fazemos este apelo, porque acreditamos, que possa ele com a sua juventude com a sua ambição, sobretudo com o seu otimismo encetar no nosso Estado uma campanha de moralização de ensino e de valorização do magistério. aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrado este apelo que fazemos, sobretudo em defesa da grande parcela do nosso professor marginalizado, os chamados professores suplementaristas. Mas quero que se olhe sobretudo para o aspecto primeiro do nosso pensamento. A elaboração do Estatuto do Magistério que há quase um ano foi designada uma Comissão e o estatuto ainda não foi concretizado. Disse no início que ele representa a esperança do professorado do Paraná e não pode se constituir em mais uma grande decepção, pois estes professores estão cansados dos desestímulos.

Por isso, Sr. Presidente, fazemos o apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura do Paraná; tenho certeza que o Líder do Governo transmitirá esse apelo para que ele determine urgência na apreciação desse estatuto e que se permita a todas as associações do Estado, sem discriminação, uma análise profunda porque essas associações já possuem preparados, subsídios para serem incorporados no texto do Estatuto do Magistério Paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

A Presidência acaba de receber um ofício no seguinte teor: (Lê): — (O Ofício lido pela Presidência não foi encaminhado para publicação, no "Diário da Assembleia").

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência marca o dia 20 de junho para realização de Sessão Solene, quando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná irá também, integrando as comemorações de homenagem ao Centenário de Santos Dumont, prestar homenagem ao ilustre brasileiro. E designa como orador oficial o Sr. Deputado Armando Queiroz que já tem em mãos elementos sobre a vida de Santos Dumont. E, nesse sentido, a Assembleia Legislativa está encaminhando solicitação a todos os Presidentes das Câmaras Municipais que procedam também, sessões comemorativas ao Centenário de Santos Dumont, nesta data. Essa Sessão Solene será realizada no dia 20 de junho porque, no mês de julho, estaremos em recesso.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 3-73, de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoioada. — Será anexada ao Projeto

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoioado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoioado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoioado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, lido da Tribuna. — Necessita de apoio. — Apoioado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsini, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoioado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10-72, de autoria do Dep. Domício Scaramella, autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao de Pinhão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161-72, de autoria do Dep. Borsari Netto, que declara de Utilidade Pública a Associação tradicionalista "Gralha Azul", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 42-72, encaminhando anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo doar à União Federal, imóvel constituído de terras rurais da Gleba Cascavel, com área de (1.264.329,00m²) um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e nove metros quadrados. Pareceres favoráveis da C.C.J., e C.F. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5-73, de autoria do Dep. Santos Lima e outros, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47-73, de autoria do Dep. Santos Lima, que declara de Utilidade Pública, a "Fundação Faculdade de Ciências Econômicas" da Cidade de Apucarana. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 17-73, que aprova o Acorde n.º 10-72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL —, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. **Em REGIME DE URGÊNCIA.** — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo conceder ao inválido Alair Rodrigues de Melo, uma pensão de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 3-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Serviço de Obras Sociais da Cidade de Serfópolis, o imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., **COM EMENDA SUBSTITUTIVA, EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, pela Emenda Substitutiva, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17-73, encaminhando anteprojeto de Lei, que objetiva alienar à Campanha Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a Quadra de Terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguaçu, em Cascavel, para as finalidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 23-73, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do Registro de Estabelecimentos de Hospedagem, no Órgão Competente da Polícia Civil do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva alterar a redação da letra h, inciso III, do artigo 3.º da Lei n.º 6.316, de 20-9-73. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 6-73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que declara de Utilidade Pública, a "Caixa Beneficente dos Funcionários Municipais de Curitiba" — CABEFUMC. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 6/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública a "CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE CURITIBA" — CABEFUMC.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1973

a) — Deputado Maurício Fruet

#### JUSTIFICATIVA:

A CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE CURITIBA — CABEFUMC —, tem por objetivo prestar assistência social a seus associados e dependentes, nos termos dos estatutos devidamente registrados no Cartório do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob n.º 2.243 livro "A-1" de Registro de Pessoas Jurídicas, conforme certidão anexa.

Sendo uma entidade iminentemente social, visando unicamente ao bem estar de seus associados e dependentes, nada mais justo que o Estado do Paraná venha através do presente plano de lei conceder o "TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA", dando condições de que venha a CABEFUMC poder receber verbas orçamentárias para melhor atender seu objetivos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 6/73

AUTOR: Dep. Maurício Fruet

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE CURITIBA" — CABEFUMC.

#### PARECER

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, visa declarar de Utilidade Pública a "CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE CURITIBA" — CABEFUMC, que tem por objetivo prestar assistência social a seus associados e dependentes, nos termos dos estatutos devidamente registrados no Cartório do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, conforme certidão anexa.

Sendo uma entidade que visa exclusivamente prestar assistência social, nada mais justo que o Estado do Paraná venha através do presente plano de Lei, declarar de Utilidade Pública referida Caixa Beneficente.

Pela aprovação do Projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

aa) — Antônio F. Ferreira da Costa — Presidente  
Nelson Buffara — Relator  
Antônio Lopes Júnior  
Ivo Tomazoni  
Ovídio Franzoni  
Quiéscio Crisóstomo da Silva  
Sebastião Rodrigues

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 100/73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS, com finalidade de implantar sistema de segurança Civil-Militar na área e dependências da Estação Rododferroviária de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12/73

Art. 1.º. Fica aprovado o convênio celebrado em 2 de março de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS, com a finalidade de traçar normas de implantação de um sistema de segurança conjugado civil-militar na área e dependências da Estação Rododferroviária de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

(Ass. Negável) — Presidente

Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Relator

MENSAGEM 25/73

Curitiba, 22 de março de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 2 de março de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS, com a finalidade de traçar normas de implantação de um sistema de segurança conjugado civil-militar na área e dependências da Estação Rododferroviária de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

#### RODOFERROVIÁRIA — Estação Rododferroviária de Curitiba

#### CONVENIO ENTRE A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA — URBS E A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA — SESP

Termo de Convenio que entre si fazem a Companhia de Urbanização de Curitiba e a Secretaria de Segurança Pública do Paraná com a finalidade de traçar normas de implantação de um sistema de segurança conjugado civil-militar na área e dependências na Estação Rododferroviária de Curitiba.

Aos dois dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e três, em Curitiba, presentes o Engenheiro Cassio Taniguchi e a Economista Elcy Grossman, respectivamente Diretor Presidente e Diretor de Operações, representando a Companhia de Urbanização de Curitiba, investida nos poderes conferidos pelo Decreto Municipal n.º 184 de 14.03.72, denominada neste documento simplesmente URBS — e o Sr. General Mário Carneiro Portes, Secretário do Estado representando a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, doravante referida como — SESP —, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e a autorização governamental datada de 21.07.72, (publicada no Diário Oficial n.º 102) do Excelentíssimo Senhor Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, Governador do Estado, resolvem estabelecer mediante as cláusulas do presente Termo de Convenio, as seguintes condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Dos Objetivos do Convênio

I — Estabelecer as recíprocas obrigações que permitam a implantação de um sistema de segurança conjugado policial civil-militar na área compreendida pela Estação Rododferroviária de Curitiba;

II — Fixar as responsabilidades bi-laterais quanto aos recursos e dotações materiais indispensáveis à consecução do sistema;

III — Regular a atuação dos setores policiais encarregados, e a interdependência com a Administração central de forma a assegurar os propósitos e objetivos da Estação Rododferroviária de Curitiba.

#### Da Execução do Convênio

IV — A URBS, com os poderes conferidos pelo Decreto Municipal n.º 184, de 14.03.72, concede permissão de uso gratuito, das áreas especiais n.ºs 2 (dois) e 4 (quatro) da Estação Rododferroviária de Curitiba para a instalação de um posto de policiamento conjugado civil-militar, livres de quaisquer ônus de sua utilização.

V — A SESP, através da Polícia Civil, obriga-se a:

a) Manter, em caráter permanente, autoridade policial e seus agentes para cumprimento das atribuições normativas cabíveis na espécie, do Decreto 9.949, de 13.11.62, que institui o Regulamento da Polícia Civil do Paraná e a competência estabelecida no artigo 4.º e seguintes do Decreto Lei 3.693, de 03.10.41 que deu a público o Código de Processo Penal.

VI — A SESP, através da Polícia Militar, obriga-se a:

a) Prestar Policiamento ostensivo, fardado, interna e externamente, na Estação Rododferroviária de Curitiba, visando a manutenção da ordem, atuando preventivamente segundo o estabelecido no Decreto Lei Federal n.º 667, de 2 de julho de 1969.

VII — A SESP, através do Departamento de Trânsito obriga-se a:

a) Planejar, supervisionar e fiscalizar o tráfego de pedestres e trânsito de veículos, com os poderes conferidos pela Lei n.º 5.108, de 21.09.68, que institui o Código Nacional de Trânsito e execução do policiamento próprio pelo Batalhão de Trânsito, ex-vi do item "m" do Artigo 2.º do Decreto 66.862, 8.7.70, que aprovou o Regulamento para as Polícias Militares.

VIII — A SESP, proporcionará, ainda, a manutenção de um serviço de intérpretes para orientação de passageiros alienígenas e de informações generalizadas ao público em geral.

IX — A SESP, através de Resolução traçará as normas de cooperação entre os órgãos policiais e integração dos serviços afetos às unidades descritas nas alíneas anteriores.

X — A SESP, proporcionará assessoramento técnico à administração da Estação Rododferroviária de Curitiba para inspeções periódicas no sistema de prevenção e combate a incêndios.

XI — A SESP comprometer-se-á a cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares, instruções e ordens de serviço da Estação Rododferroviária de Curitiba, desde que não colidentes com os princípios de segurança.

## CLAUSULA SEGUNDA

XII — As áreas especiais definidas na Cláusula anterior, serão destinadas exclusivamente ao sistema de segurança conjugado policial civil-militar da Estação Rododotroviária de Curitiba, obrigando-se a URBS a prover, sem nenhuma indenização, a qualquer tempo e título:

a) — Instalações administrativas, de acesso ao público e alojamentos para os órgãos de segurança, mobiliados conforme proposta da SESP, integrante deste Termo de Convênio.

b) — Aparelhos telefônicos da rede urbana respectivamente para os setores da Polícia Civil, Polícia Militar e Departamento de Trânsito.

c) — Uma central de interfone e Painel Central de terminais de sinais luminosos de assaltos e roubos, instalados nas dependências destinadas à SESP; (Centro de Operações Conjugadas).

d) — Ramais de interfones da rede interna de segurança que atendam as unidades participantes da Polícia Civil, Polícia Militar e Departamento de Trânsito;

e) — Equipamentos de sonorização;

f) — A destinação de uma área de estacionamento privativa para 5 (cinco) veículos policiais integrantes do sistema sendo 2 (duas) para a Polícia Civil, 2 (duas) para a Polícia Militar e 1 (uma) para o Departamento de Trânsito.

g) — Conservação do imóvel, na parte ocupada pela SESP, e consertos dos defeitos dos equipamentos ali instalados, provenientes de seu uso normal.

## CLAUSULA TERCEIRA — Da vigência do Convênio

XIII — O prazo de vigência do presente Convênio será o mesmo do instrumento firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e a Rede Ferroviária Federal S. A. que passa a integrar este documento, reservando-se a URBS o direito de denunciá-lo, em qualquer tempo, sob aviso prévio e formal de 60 (sessenta) dias.

## CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição Financeira

XIV — A URBS, destinará à SESP, mensalmente 5% (cinco por cento) do montante arrecadado com a aplicação do Artigo 13 do Regulamento da Estação Rododotroviária de Curitiba, dos quais será abatido o valor de todo o material e equipamento fornecido pela URBS, de uso privativo da Polícia Militar, Polícia Civil e Departamento de Trânsito, excetuado o material fornecido até a data de assinatura do presente Convênio.

## CLAUSULA QUINTA

XV — Fica eleito o foro de Curitiba, para as ações decorrentes deste Convênio, renunciando desde já as partes, a quer outro lhe assista, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, lavrou-se este Convênio que depois de lido e achado conforme, vai assinado por ambas as partes contratantes e pelas duas testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, que vigorará após publicado no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 2 de março de 1973.

Companhia de Urbanização de Curitiba

Eng. Cassio Taniguchi — Diretor Presidente

Econ. Eley Grossman — Diretor de Operações

Secretaria de Segurança do Estado de Paraná

Mário Carneiro Portes — Secretário de Estado

Testemunhas:

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

## PARECER

A presente proposição que objetiva firmar convênio entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS — com a finalidade de traçar normas de implantação de um sistema de segurança conjunta Civil-Militar na área das dependências da Estação Rododotroviária.

A proposição vem instruída e não encontra qualquer dispositivo de ordem legal ou constitucional que impeça sua livre tramitação nesta Casa de Leis.

Parecer favorável de acordo com o Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Relator.

(Assinatura ilegível)

(Assinatura ilegível)

## PARECER

1. A presente proposição — Projeto de Resolução n.º 12-73 —, pretende aprovação legislativa para o convênio celebrado entre o Governo do Estado, pela Secretaria de Segurança Pública e a Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS —, com a finalidade de traçar normas para implantação de sistema de segurança conjugado civil-militar na área e dependências da Estação Rododotroviária de Curitiba.

2. Na iniciativa em análise ressalta o interesse público e esta Comissão de Finanças entende não só oportuna como louvável a decisão de cooperação entre os Executivos Estadual e Municipal de Curitiba.

3. Isto posto, somos pela Aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 12 de abril de 1973.

Deputado João C. Fadel — Relator

## COMISSÃO DE POLÍCIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12-73, ex-Proposição n.º 100-73 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS, com a finalidade de implantar sistema de segurança civil-militar na área e dependências da Estação Rododotroviária de Curitiba.

## PARECER

A implantação de um sistema de segurança conjugado civil-militar na área e dependências da Estação Rododotroviária de Curitiba é a providência final e indispensável ao perfeito funcionamento daquele terminal de tráfego.

É medida que interessa ao Estado e ao Município de Curitiba, razão por que não cabe senão reconhecer a oportunidade e os méritos do convênio em exame.

Assim, o parecer desta Comissão ao Projeto de Resolução n.º 12-73 é favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.1973.

Antônio Belinati — Presidente

Arthur de Souza — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 36-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 112-73, que aprova Acordo n.º 02-73, celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL —, objetivando realização do 1.º Curso Nacional sobre conservação de solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. Em regime de urgência. — Aprovado.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Acordo n.º 02-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul SUDESUL — objetivando a realização do 1.º Curso Nacional sobre conservação de Solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em ...

(aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36-73

## Proposição N.º 112-73

SÚMULA: — Mensagem Governamental n.º 38-73, encaminhando para os fins constitucionais, cópia autêntica do Acordo n.º 2-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do 1.º Curso Nacional sobre Conservação de Solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT.

## PARECER

A presente Proposição tem suas raízes, na Mensagem Governamental n.º 38-73, encaminhando a esta Casa de Leis, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Acordo n.º 02-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do 1.º Curso Nacional sobre Conservação de Solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT.

A propositura é esboçada tanto formal como jurídica e constitucionalmente, pois foi elaborada conforme preceitua o art. 47, Inciso IX, da Constituição Estadual, no que se refere a celebração de Convênios, cabendo a Assembléia Legislativa referendá-lo, na forma prescrita pelo art. 22, inciso VII, da mesma Constituição.

Destarte, opinamos pela aprovação da Propositura, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 9 de maio de 1973.

(aa) Antônio Franco F. da Costa — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Ivo Thomazoni

Antônio Lopes Jr.

Quelise Crisóstomo da Silva

Erendy Silvério

Paulo Camargo

Nelson Buffara

Sebastião Rodrigues

## PROPOSIÇÃO N.º 112-73

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36-73

## MENSAGEM — 38-73

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Acordo n.º 02-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do 1.º Curso Nacional sobre Conservação de Solos organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(aa) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado João Mansur

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL.

## ACORDO N.º 02-73

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36-73

Termo de Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e o Estado do Paraná.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — autarquia federal criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 20 da Lei n.º 5365, de 1.º de dezembro de 1967, pelo Decreto-Lei n.º 576, de 08 de maio de 1969, e pelo Decreto-Lei n.º 840, de 03

de setembro de 1969, inscrita no CGC/MF sob o n.º 92885151, neste ato representada por seu Superintendente, o Engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melro ao final assinado, na forma do artigo 15 do Decreto-Lei n.º 301, de agora em diante, designada simplesmente "SUDESUL" e o Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor João Mansur, Presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado, também ao final assinado, doravante designado simplesmente "ESTADO", tem justo, certo e combinado, a celebração do presente acordo, o que fazem sob as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — O presente acordo visa à realização do 1.º Curso Nacional sobre Conservação de Solos organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras CIDIAT —, tendo como entidades auspiciadoras a Organização dos Estados Americanos — OEA —, a SUDESUL e o Governo do Estado do Paraná, tudo de acordo com o Plano de Aplicação e as especificações constantes no processo protocolado na "SUDESUL" sob o n.º 3073-72, em 25 de maio de 1972, os quais fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

**Parágrafo único** — Os itens do Plano de Aplicação e as especificações do Projeto, de que fala esta cláusula, poderão ser modificados, independentemente de ato aditivo, ante a solicitação fundamentada por parte do "ESTADO", desde que não alterem a classificação orçamentária e sejam aprovadas pela "SUDESUL".

**CLÁUSULA SEGUNDA** — A "SUDESUL" contribuirá, para a execução do acordado neste ato, com a importância de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) empenhada sob o n.º 240, em 14.02.1973, cuja despesa correrá por conta do Orçamento-Programa de 1973, classificada como segue: PROGRAMA: Educação; SUBPROGRAMA: Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal; ATIVIDADES: 09.03.2.013 Capacitação de Recursos Humanos; ELEMENTO DE DESPESA: 8.1.3.0 — Serviços de Terceiros.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** — O pagamento da importância mencionada nesta cláusula será feito de uma só vez, após a assinatura do presente ACORDO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** — Toda e qualquer despesa que exceder, na execução do acordado neste ato, à contribuição da "SUDESUL", correrá por conta do "ESTADO".

**PARÁGRAFO TERCEIRO** — A importância recebida pelo "ESTADO" será obrigatoriamente depositado no Banco do Brasil S.A., em conta vinculada.

**PARÁGRAFO QUARTO** — A prestação de contas do "ESTADO" será feita dentro do prazo de 2 (dois) meses, contados a partir do término do prazo estabelecido na cláusula terceira deste Termo, com os documentos originais correspondentes e organizada em forma contábil, observando as exigências do Código de Contabilidade Pública e da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, acompanhada de demonstrativos, balancetes e outras peças próprias, tudo de acordo com os modelos e instruções apresentados pela "SUDESUL".

**PARÁGRAFO QUINTO** — O saldo dos recursos mencionados nesta cláusula, porventura inaplicados, reverterão aos cofres da "SUDESUL", por ocasião da Prestação de Contas.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — O "ESTADO" obriga-se a concluir o Curso de que trata este ACORDO, dentro do prazo de 1 (um) mês, contado da data de assinatura do presente instrumento.

**PARÁGRAFO ÚNICO** — O prazo supra referido poderá ser prorrogado no caso de surgirem motivos de força maior, devidamente fundamentados, por solicitação prévia e expressa do "ESTADO", e com o consentimento da "SUDESUL".

**CLÁUSULA QUARTA** — O "ESTADO" se compromete, ainda, a imprimir em todas as publicações e materiais didáticos, que digam respeito ao acordado neste ato, bem como nos certificados de aprovação do Curso mencionado na cláusula primeira, os seguintes dizeres: "MINISTÉRIO DO INTERIOR — ACORDO COM A SUDESUL", cabendo-lhe, também, acrescentar relatório técnico com a avaliação dos resultados do Curso contendo o aproveitamento dos alunos, dentro do prazo de prestação de contas.

**CLÁUSULA QUINTA** — O "ESTADO", por seu titular ou por sua delegação atestará a prestação de serviços de pessoal, técnico ou não, empregado na execução do presente ACORDO.

**CLÁUSULA SEXTA** — Fica assegurado à "SUDESUL" o direito de, em qualquer momento, inspecionar o andamento da execução do acordado neste ato, independentemente da prestação de contas que o "ESTADO" está obrigado a apresentar, conforme o estabelecido no parágrafo quinto da cláusula segunda.

**PARÁGRAFO ÚNICO** — Caberá ao Departamento de Recursos Humanos da "SUDESUL", através de sua Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal, a emissão do Laudo Técnico exigido pelo disposto no artigo 2º do Decreto Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967.

**CLÁUSULA SÉTIMA** — A falta de cumprimento de qualquer uma das cláusulas e condições aqui estabelecidas, importará na imediata rescisão do presente ACORDO. Se o inadimplemento for imputável ao "ESTADO", ficará este obrigado a restituir a importância recebida diretamente aos cofres da "SUDESUL", dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que a infração for constatada, independentemente de interposição judicial ou extra-judicial. Caso o inadimplemento for motivado pela "SUDESUL", ficará o "ESTADO" isento de qualquer responsabilidade.

**CLÁUSULA OITAVA** — O período de vigência do presente ACORDO será de 3 (três) meses, a contar da data do pagamento mencionado no parágrafo primeiro da cláusula segunda deste instrumento.

**CLÁUSULA NOVA** — As partes, de comum acordo, elegem o foro de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer questão fundada no presente ACORDO.

(ilegível). E, por estarem acordes, mandaram que eu, Chefe da Seção de Convenios, lavrasse o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, datilografado em 4 (quatro) laudas por mim numeradas e rubricadas com a seguinte rubrica, ilegível, que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes acordantes, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 12 de março de 1973.

(aa) "SUDESUL" Eng. Paulo Affonso de Freitas Melro  
Superintendente

"ESTADO" — Sr. João Mansur  
Presidente da Assembleia Legislativa, no exercício do cargo  
de Governador do Estado

Testemunhas:

(Ass. ilegíveis)

SC/359/73

Senhor Governador:

Tenho a honra de acusar o recebimento da Mensagem de Vossa Excelência, sob o n.º 38-73, datada de 11 do mês em curso, acompanhada da cópia autêntica do Acordo n.º 02-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do 1.º Curso Nacional sobre Conservação de Solos organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras "CIDIAT", cujo plano de lei foi devidamente encaminhado nesta Casa.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração.

João Mansur — Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Digníssimo Governador do Estado  
NESTA CAPITAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 36-73

#### COMISSÃO DE FINANÇAS Proposição N.º 112-73

**SÚMULA:** — Mensagem Governamental n.º 38-73, encaminhando para os fins constitucionais, cópia autêntica do Acordo n.º 2-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do 1.º Curso Nacional sobre Conservação de Solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT.

#### PARECER

Oriunda da Mensagem Governamental n.º 38-73, a presente Proposição visa aprovar o termo do Acordo n.º 2-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do 1.º Curso Nacional sobre conservação de Solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras CIDIAT.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça já pronunciou-se pelo acolhimento da medida.

Não havendo qualquer implicação financeira que se lhe possa antepor, opino pela aprovação da Proposição, na forma do Projeto de Resolução apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1973.

(aa) Quiêse Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

João C. Fadel

Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ricardo Hirt. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Juvenal Ubaldo Ribeiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando a não realização de Sessão Plenária nos dias 31 do corrente mês e dia 1.º de junho, e que seja dedicado exclusivamente às comissões. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja incluído na Ordem do Dia, do dia 4 de junho próximo, o Projeto de Lei n.º 59-73, anexado ao Projeto de Lei n.º 84-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando a transcrição na Ata, do artigo publicado no jornal a "Folha de Londrina", sob o título "Quem tiver cão fica sem água", do ilustre articulista Luiz Geraldo Mazza. **Aprovado. (O artigo a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando determinações no sentido de ser realizado estudo visando a instituição por aquele estabelecimento de crédito de uma linha de empréstimo simples, para atendimento exclusivo de funcionários públicos estaduais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Canal 12, pela apresentação aos domingos do Programa "Filmes em Série — denominado "O Mundo Submarino de Jacques Cousteau". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja instalada, no Município de Paranaguá, em sua sede, um Ponto de Inscrição e Aplicação de Provas dos Exames Supletivos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, para instaurar inquérito na Polícia de Londrina. — **Em discussão.**

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela ordem). Sr. Presidente solicito que V. Exa. se dignasse determinar a leitura do inteiro teor desse Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência defere o pedido e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura.

(É procedida a leitura do Requerimento).

O SR. ANTONIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente, o nosso Requerimento foi apresentado anteriormente ao pronunciamento do ilustre lidei Candido Martins de Oliveira. Com as explicações que trouxe à Casa, que o Secretário já indicou Delegado especial e promotor para o inquérito na cidade de Londrina, não tem razão de ser nosso Requerimento, motivo porque solicito a retirada do mesmo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e consulta o Deputado Cândido Martins de Oliveira se desiste de sua "questão de ordem".

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, diante das explicações do Deputado Antonio Belinati, agradeço e desisto.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Para Explicação Pessoal) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, por várias vezes ocupamos a Tribuna desta Assembléia para criticar o Departamento de Trânsito do Paraná — DETRAN — pelos abusos que são praticados contra os mais altos interesses do povo do Paraná, e hoje nós temos em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma arbitrariedade que o DETRAN praticou no Paraná:

Um cidadão comprou um automóvel Dodge Dart-72; foi revalidar agora o imposto do seu carro, e o seu veículo, fabricado no ano de 1972 foi multado pelo DETRAN, no ano de 1970.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as multas no Paraná, elas chegam antes que a própria fabricação do automóvel. O nome do proprietário do citado veículo é Antônio João Nóbrega Pereira e o seu endereço, para que não haja qualquer dúvida, é aqui na Capital: Rua Carlos de Carvalho, n.º 928, 6.º andar, apto. 12.

Este cidadão agindo corretamente, vai inclusive tomar as devidas providências para punir o DETRAN, porque, pedir apenas o cancelamento da multa também não justifica, diante de tantos abusos que estamos tomando conhecimento, no Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no mês de fevereiro tivemos um pequeno acidente com o nosso automóvel — coisa sem maior importância e já o dissemos desta Tribuna; o nosso carro estava segurado — seguro total — o outro automóvel também, seguro total, mas, para que o veículo pudesse ser conduzido ao conserto, era necessário a guia do DETRAN, foi quando pudemos ter o desprazer de ficar conhecendo a sala do Conselho Deliberativo de Acidentes do DETRAN e, mais especialmente, o Presidente daquele Conselho, Sr. Antônio Miró Medeiros, um homem que, parece, não sabe o que é uma criatura humana, um homem que, não está preparado para ocupar tão importante cargo.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de denunciar aqui, que, praticamente, estamos sendo vítimas de uma chantagem. O Presidente do Conselho Deliberativo de Acidentes mandou oficial para esta Casa, pedindo permissão para nos processar pelas críticas endereçadas ao DETRAN, insinuando até mesmo que chegamos a criticar oficiais das Forças Armadas, que integram aquele Conselho, quando especificamos bem que, as nossas críticas eram diretamente ao Presidente do Conselho de Acidentes do DETRAN, Dr. Ascânio, cujo homem, não sabemos porque, ocupa um cargo tão importante, maltratando, pisoteando o cidadão que vai ao DETRAN necessitado de uma palavra ou do pronunciamento daquele Conselho. Foram insinuações maldosas, pois sempre devotamos o mais alto respeito e gratidão às Forças Armadas.

Recebemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vários telefonemas anônimos pedindo que nos calássemos, que não dirigíssemos mais críticas ao DETRAN e o pedido de processo morreria, ficaria, quem sabe, sem efeito, ou cairia no esquecimento.

Pois bem. Voltamos à semana passada com novos pronunciamentos sobre o DETRAN e mais uma vez provando a má fé, provando o desejo desses homens inimigos de democracia, homens que não aceitam as verdades; eis que o Diretor do DETRAN manda novamente um ofício ao Presidente da Assembléia Legislativa, pedindo permissão para nos processar.

Não temos medo da Justiça porque temos, para mostrar, as arbitrariedades cometidas pelo DETRAN, até mesmo o preço que pagamos para conseguir a 2.ª via da nossa carteira, e lá mesmo, lá no DETRAN nos apontaram despatchante oficial, gente da confiança do DETRAN, e nós pagamos para podermos ter as provas em mãos, pagamos 102 cruzeiros para termos a 2.ª via de uma carteira de motorista, quando sabemos que a taxa é de 6 cruzeiros. Se pagamos, não foi por sermos trouxas ou por querermos receber atestado de burrice, mas, para ter as provas em mãos. Estas provas mostram ao Paraná que o povo dentro do DETRAN é roubado, que em mais de cem mil multas aplicadas pelo DETRAN, nem quinhentos recursos tiveram validade.

O cidadão multado, como este aqui, pouco adiante quem sabe, reclamar ou protestar contra as multas. Porque de mais de cem mil multas e está no relatório encaminhado pelo Sr. Marcos Prado a esta Casa, nem quinhentos recursos foram aceitos pelo DETRAN. E nós queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados ratificar as críticas que fizemos, e vamos também procurar as autoridades militares porque o DETRAN está fazendo nada mais nada menos que uma chantagem, querendo calar um Deputado de Oposição, ameaçando com processo aquele que vem denunciar aqui, que o povo está sendo explorado, que o DETRAN está abusando, como a própria Assembléia comprovou em sua própria porta recentemente. Iremos procurar as autoridades para que não haja dúvida das nossas críticas, da nossa posição, que não mudará diante chantagem ou ameaças de Diretor do DETRAN que agora faz o jogo, dizendo que ele não tem nada com isto, que aceita a crítica, mas que é coisa do Conselho Deliberativo de Acidentes do DETRAN. Quando nós sabemos que o Presidente do Conselho Deliberativo é um homem de confiança do Sr. Marcos Prado, um homem que ocupa uma função para o qual não está preparado, e nós não temos medo, não temos receio algum de qualquer processo daquele Presidente.

Mas procuremos as autoridades militares para que daqui para frente, um Deputado ao usar da Tribuna, possa ter o direito de criticar e denunciar estes atentados contra os direitos do nosso povo do Paraná, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado Antônio Belinati, sabe V. Exa. que terá e tem a nossa total solidariedade neste episódio.

Lamentamos a infantilidade do órgão em tomar tal iniciativa porque se o DETRAN efetivamente deseja que o seu nome não seja criticado por ninguém, deveria iniciar processo contra toda a população do Paraná, pelo menos contra aqueles que possuem veículos. Todos eles, têm sérias queixas contra o funcionamento do DETRAN. E não foram poucas as oportunidades nesta Assembléia que, representantes do povo paranaense, denunciaram irregularidades, denunciaram fatos desta natureza. Poderíamos exemplificar, no Interior do Estado, as dificuldades com que as pessoas lutam para obter sua carteira de habilitação. Exames periodicamente realizados, não ensinam ao cidadão, ao contribuinte do interior, possibilidades de conseguir em menos tempo esta sua carteira. Poderíamos citar, por exemplo, determinados exames psicotécnicos que não estão absolutamente vindo de encontro aos interesses do povo paranaense. Poderíamos ir mais à frente ainda. O esquema de sinalização do tráfego nas cidades do Paraná, a quem, a cuja competência cabe ao DETRAN infelizmente, não vem se portando à altura daquilo que se esperava. Em Curitiba, por exemplo, onde o DETRAN executa a fiscalização do tráfego, são semáforos queimados, semáforos mal colocados em locais para beneficiar determinados cidadãos, como já ocorreu em outros tempos.

Semáforos que não são colocados em locais que necessitavam, enfim, uma série de irregularidades. Portanto se o DETRAN quisesse processar alguém, deveria talvez processar muita gente, porque ele é muito mal falado por aí.

Gostaríamos de acrescentar ainda a V. Exa., nobre Deputado, que acreditamos que esta atitude do DETRAN, em tentar processar o eminente Deputado que ora ocupa a Tribuna, acreditamos que não encontrará eco nesta Casa o mesmo acreditamos que este pedido venha a ser retirado porque afinal de contas, estará afrontando acima de tudo, o Poder Legislativo do Paraná. Porque isto que agora se quer cometer contra V. Exa. estará daqui para frente, criando um precedente muito sério para esta Casa e daqui para frente, não vamos poder falar mais nem de pipoqueiro, porque caso contrário estaríamos correndo o risco de recebermos um processo por parte do DETRAN. Pipoqueiro a quem me refiro, não é o pipoqueiro que trabalha, que presta os seus serviços, que contribui, mas em termos de gíria, que é usado comumente, aqueles que nada fazem.

E gostaria também eminente Deputado, de dizer a V. Exa., que tenho certeza que a atitude adotada pelo representante do Governo do Estado no DETRAN, o Sr. Diretor do DETRAN, não consulta aos interesses, inclusive, da nossa solidariedade estranhando por esta atitude primária, infantil, ou daqueles que desejam brigar. Se o homem deseja uma briga, ele conseguiu.

Fica a nossa solidariedade estranhando por esta atitude primária, infantil, ou daqueles que desejam brigar. Se o homem deseja uma briga, ele conseguiu.

O SR. ANTONIO BELINATI — Muito obrigado. Agradeço as palavras de V. Exa..

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado, tenho me mantido nesta Casa bastante silencioso com uma paciência até excessiva, dada a condição de Deputado de Oposição. Quero prestar testemunho e formular denúncias. Na minha Região, Oeste do Paraná, tenho casos comprovados em mãos de que uma Carteira de Identidade e a Carteira de Motorista tem custado à gente de minha Região, até a importância de 500% a mais do custo legal, do que seria normal. Estou acumulando esta documentação; tenho me mantido numa posição bastante distante de uma crítica que deveria já ter iniciado nesta Casa e estas denúncias, porque me parece que o Estado do Paraná está bastante combalido em crises muito sérias e muito graves e estamos dando tempo ao tempo com muitas providências, para ver se conseguimos superar esta fase triste e negra do nosso Estado.

Quero solidarizar-me com V. Exa. quanto a esta denúncia, realmente existe, e tenho diversos documentos que provam. E se continuar esta situação serei obrigado a vir a esta Tribuna e com veemência, com coragem, denunciar com documentos estes fatos. Existem coisas horribles concernentes a atividade policial e do trânsito na Região Oeste do Paraná, que eu não quis trazer ainda a esta Tribuna.

Segundo, se se concretizar o processamento contra a pessoa de V. Exa. por ter trazido a esta Casa fatos incontestáveis de denúncias, á muito melhor, é preferível e eu voto com que se feche as portas desta Assembléia e realmente se leve as chaves da Assembléia, ao Palácio Iguazu.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI — Muito obrigado, Deputado Iris Caldart. Mas o Diretor do DETRAN não vai aceitar a denúncia de que uma Carteira de Motorista chega a custar 500% a mais do que é estabelecido. Isto agrava ainda mais os abusos que estão sendo praticados sob os olhares quem sabe negligentes dos responsáveis por tão importante órgão.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, tomo a liberdade de solicitar o aparte a V. Exa. porque entendo que o episódio transcende à sua pessoa e envolve o próprio resguardo das prerrogativas parlamentares. Também entendo que o pedido de licença para processar a V. Exa. não terá a colhida desta Casa porque estamos abrindo mão de uma prerrogativa intrinsecamente parlamentar, que é o uso livre da Tribuna, muito embora nem sempre o que se dela diga corresponde às nossas opiniões ou convicções. Todavia o que me parece estranho é que o Sr. Diretor do DETRAN reincidentemente venha, podemos dizer assim, provocando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Basta ver o incidente ocorrido com o nobre Deputado Gabriel Manoel que bem caracteriza a má fé do DETRAN para com aquele Deputado.

De maneira que queremos manifestar nosso repúdio às autoridades do Sr. Diretor do DETRAN.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI — Agradeço o aparte dos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que está esgotado o tempo regimental concedido a V. Exa.

No entanto, o nobre Deputado poderá requer a prorrogação por mais 15 minutos.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, então peço prorrogação do tempo concedido para terminar minha explanação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradecemos os ilustres Deputados que nos apartearam, Maurício Fruet, Iris Caldart e Luiz Roberto Soares pela solidariedade que nos hipotecaram. E isso bem mostra que a Assembléia Legislativa não aceita calada a ingerência de homens que querem acabar com a liberdade do Poder Legislativo. A continuar assim, quem sabe, se dependesse do Sr. Diretor do DETRAN, S. Exa. ficaria sentado ao lado desta Tribuna, e todas as críticas que deveríamos dirigir ao DETRAN, deveriam, primeiro, passar pela censura de S. Exa. e S. Exa. iria processar os Deputados. Evidentemente, o Deputado que critica o DETRAN está usando de um direito que lhe compete. Mas, iremos consultar o Gabinete de Assessoria Técnica da Assembléia para sabermos da possibilidade de se processar o Presidente do Conselho Deliberativo de Acidentes do DETRAN, Sr. Ascânio Miró Medeiros, por estar exorbitando em suas funções, inclusive, tentando fazer calar aqueles que o criticam. Iremos consultar da possibilidade daquele Diretor que está abusando em seu cargo ser punido. Porque não podemos ficar calados diante desses atentados da parte do DETRAN. Nós mesmos receberemos telefonema anônimo fazendo propostas imorais para que permanecêssemos calados; como se fôssemos algum réu.

E era isso que tínhamos a dizer — apenas ratificar a denúncia da multa ilegal a um carro de Curitiba, fabricado em 72, já foi multado pelo DETRAN, em 1.970, mostrando assim o roubo que se faz à economia do povo.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 4, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — dos Projetos de Lei n.os 204-70, 12-71, 146-71, 166-71, 200-71, 46-73 e Resolução n.s 20-73, 21-72.

**3a. DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei n.os 96-72, 3-73, 22-73, 38-73, 56-73.

**2a. DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei n.os 59-73 e 6-73, e de Resolução n.os 12-73 e 36-73.

**1a. DISCUSSÃO** — dos Projetos de Lei n.os 155-72, 8-73, 17-73 e de Resolução n.os 26-73 e 27-73.

Esta Presidência anuncia ainda, que a Sessão Extraordinária marcada para amanhã, quinta-feira, dia 31, fica transferida para o dia 4 de junho, segunda-feira, às 14,00 horas, com a mesma Ordem do Dia marcada para aquela Sessão.

Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURÍCIO FRUET, em SESSÃO REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1.973.**

O festival de besteiras invade Curitiba:

**QUEM TIVER CÃO FICA SEM ÁGUA**

"Cuidado. Cachorro bravo e insociável".

Este aviso, meio piada, meio sério, existe em muitas residências de Curitiba. Em outras não há o aviso, em compensação existe uma verdadeira matilha de cães. Ao homem que cobra conta — e que vai levar o amável aviso da financeira que toma 5% do comprador por mês de que o Seproc está de olho nele — ou ao vendedor em geral trata-se de um obstáculo comum, de um típico risco do negócio.

Os funcionários da Sanepar alegam que não podem agora fazer a leitura dos hidrômetros — como certamente amanhã a Força e Luz usará o mesmo argumento para "lascar" a tarifa por estimativa — porque se sentem ameaçados em sua integridade física.

No mês em curso a Sanepar mandou um aviso aos usuários avisando que modernizou o serviço e que constará do seguinte:

- 1 — leitura do hidrômetro mensalmente por funcionários especializados;
- 2 — carta comunicando ao consumidor sobre excessos na conta antes da apresentação;
- 3 — emissão de contas mensais.

Enfim uma comunicação do óbvio, do que obrigatoriamente uma empresa que cobra alto por seus serviços (os seus 12% do último aumento não foram sequer examinados pelo Conselho Interministerial de Preços) deve fazer como contraprestação mínima.

Mas tudo isso está ameaçado pela "canícula", como disse um mal ilustrado funcionário da Sanepar a um consumidor do Ahú de Baixo. A canícula a que ele queria se referir era exatamente o cão ou a possibilidade do cão, e não o calor que, por sinal, ajuda a consumir mais água.

Pois a Sanepar, penetrando fundo além daquela fronteira que separa o sério do ridículo, está ameaçando cortar o abastecimento de água a toda casa que tenha um cão capaz de ameaçar os seus frágeis e delicados servidores.

O diretor do Departamento Comercial da empresa, Fabio de Souza Neto, mandou o aviso: ou cortam o cão (ou o prendem naturalmente, com um mínimo de segurança) ou há o corte de água. Essa "cachorrada" a Sanepar está anunciando oficialmente, o que coloca toda a cidade de Curitiba e suas instituições na faixa do teatro burlesco. Mas esse tipo de casuística é tão mal colocado, já que amanhã muitas casas poderão ter sua água cortada sob a alegação jurídica da "expectativa de cão", isto é, o receio, a instituição por parte do servidor de que haja esse temível animal nas proximidades.

E ironicamente isso poderá ocorrer numa residência que tenha apenas cães e leões de pedra. Tal situação poderá dar margem a um processo em que o órgão concedente se verá obrigado a provar a existência material do cão e o usuário exatamente o contrário, isso é — a sua não-existência.

Se o "leitor" do hidrômetro precisa de tantas garantias numa concentração urbana, calcule-se o que não poderá exigir amanhã o Departamento Comercial para regiões sujeitas a cobras, escorpiões e outros animais peçonhentos. Ai se descobrirá o lado mais absurdo da questão: nesses lugares há cobras e animais peçonhentos porque não existe saneamento. E esse assunto — conforme até os cães sabem, tanto que os funcionários os temem por serem facilmente reconhecidos — é da alçada também da Sanepar.

**LUIS GERALDO MAZZA**

**ATAS DAS COMISSÕES:**

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**ATA DA 2.a REUNIÃO ORDINÁRIA**

**3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA**

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Arizone M. de Araujo, Domicio Scaramella, Xenofonte Villanueva, Wilson Brandão e Ovídio Franzoni. Havendo o número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado os seguintes Projetos de Resolução: PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/73 — Ex-Proposição n.º 75/73 de autoria do Poder Executivo — Mensagem 11/73 — Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME, órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de produtos farmacêuticos. Relator: Deputado Xenofonte Villanueva. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27/73 — Ex-Proposição n.º 81/73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 10/73 — Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, órgão da Presidência da República, objetivando incrementar assistência farmacêutica gratuita a diversos municípios paranaenses. Relator: Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, secretária lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo senhor Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

aa) (Assinatura ilegível) — Presidente  
Elza Carneiro Camargo — Secretária